

# humanitas



**Vol. XXXVII-XXXVIII**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXXVII-XXXVIII



C O I M B R A

MCMLXXXV-MCMLXXXVI

## GIL VICENTE, MESTRE DE RETÓRICA... DAS REPRESENTAÇÕES

De um caderno retirado de um dos quarenta maços de fragmentos antigos, provenientes de vários livros da Torre do Tombo, a cuja recuperação, reconhecimento e possível reintegração se tem vindo a proceder desde cerca de 1969, extraí uma nota de certa verba atribuída a Gil Vicente em 1524, «por certas coisas que lhe el Rei manda fazer.» É uma verba de 4000 réis, não certamente pagamento ao autor como autor, mas, presumo eu, provimento de despesas do encenador, que indubitavelmente era, para a montagem de uma das suas peças. O registo é extraído da fl. 47 de um livro denominado de Francisco Pereira. No mesmo caderno vêm outros assentos, alguns respeitantes a personagens que Gil Vicente cita nos autos ou a seus familiares, como é, por exemplo, o caso da mulher do Craveiro. O assentamento desta verba só era conhecido indirectamente, através de um documento reproduzido por Braamcamp e que transcrevo:

«O documento comprovativo desta mercê encontrou o primeiro conservador da Torre do Tombo, o meu amigo e confrade Pedro de Azevedo, num dos vinte e tantos maços de fragmentos existentes naquele arquivo. Do doc. foi dada notícia pelo seu descobridor ao dr. Sousa Viterbo, entre cujos papéis ela foi encontrada pelo general Brito Rebelo, que a divulgou no seu *Gil Vicente* da edição de 1912, pg. 142. Exactamente os mesmos trâmites seguiu uma segunda informação relativa a outra mercê de seis mil reais, «alem de quatro mil para certas coisas que lhe el-rei mandou fazer» em 1524(ibi). Nos maços de fragmentos existem milhares e milhares de bocados de papel sem catalogação, nem disposição cronológica; o sr. Azevedo não guardou nota do maço onde encontrou as referências a Gil Vicente; eu por ora ainda as não achei, nem sei se até ao fim da impressão deste estudo terei tempo para as procurar e publicar, mas não me parece todavia que seja grande a perda.» (1)

---

(1) Braamcamp Freire — *Gil Vicente trovador mestre da Balança*. 2.<sup>a</sup> edição, corrigida, Revista Ocidente Editora, Lisboa, 1944, pg. 172, nota 437 e pg. 29.

Comparando o meu texto com o transcrito por Braamcamp, vê-se que a única diferença está no tempo do verbo *mandar*, o que pode significar ocasiões diferentes em relação ao processo: assim, o presente indicaria um futuro imperfeito, enquanto o passado insinuaria que as coisas que o rei mandara executar a Gil Vicente já estavam feitas... Nesse caso, o assento que encontrei seria anterior ao de Pedro de Azevedo. O que para o facto em si é de nenhum interesse.

Braamcamp dá-nos igualmente notícia de uma tença de doze mil réis concedida ao poeta também em 1524, baseando-se no *Livro de Tenças del Rei*, publicado no *Archivo Historico Português*, vol. II, pgs. 125 e 126. Essa tença foi logo acrescentada em oito mil réis e três moios de trigo anuais (2).

No decurso dos trabalhos a que atrás aludi, foi visto pela conservadora Dr.<sup>a</sup> Maria José Leote da Silva Leal um caderno com duas menções relativas a Gil Vicente, assentos que teve a amabilidade de me confiar e que foram objecto de publicação na página literária de um vespertino em que então colaborava...

Além de Gil Vicente, há outros vultos dos autos, nossos conhecidos. Como curiosidade e para mostrar que o poeta não exagera, lá está o célebre Gonçalo de Ayola ou Ayora, o castelhano despuadorado, sujeito de «grande despejo», e que pelo malabarismo dos seus enganos de troca-tintas, sabe esportular quem, onde, como e quando quer. Em dois registos sucessivos, noventa mil réis... Tanto por aqui como pelos livros da Vereação e de Festas do Arquivo Municipal de Lisboa o leitor fica a ter conhecimento das verbas que se gastavam com os charamelas, atabaleiros, sacabuxas e cantores, por altura das efemérides mais importantes da vida da cidade, como nascimentos de príncipes, casamentos reais, ou procissões, ou simples entradas dos soberanos em Lisboa. E ainda toda a variedade de despesas com oficiais, desde os ourives aos pintores, passando pelos alfaiates e mercadores de panos ricos, como o damasco, o cetim ou as peles raras, em decoração, indumentária, confecção e pintura de luxuosas bandeiras e estandartes, como aquando da ida da infanta D. Beatriz para Sabóia.

O livrinho de que faziam parte as alusões a Gil Vicente ainda abrangia o ano de 1535, embora a maior parte dos registos sejam

---

(2) Idem, *ibidem*, pg. 29.

anteriores a essa data. Está rotulado como «Caderno em que estão assentes as pessoas que têm tenças del Rei (N.A. 931).

1.<sup>o</sup> *assento* — (a fl. 21v<sup>o</sup> (numeração provisória):

A Gill Vicente alvara que praz a el Rei noso senhor que aja cadanno com ho cargo de Mestre de Retorica das Representações vimte mill rrs ——— 20 a saber: XII que damtes tinha e VIII que lhe o dicto senhor mais acrecentou nas quaes servira em quanto o dicto senhor ouver per bem e o ele puder fazer. Feyto a VI de Abril de 524.»

À margem em letra diferente: — Finado (abrev.) — «Vam na chancelarya da Corte-Vam em Fernando Rodriguez-Ouve carta per seu filho.»

Tanto este como o outro assento aparecem riscados, talvez por que a tença tivesse caducado por morte do poeta.

2.<sup>o</sup> *assento* — (a fl. 22 — (numeração provisória):

«Mais ao dicto Gill Vicente de Janeiro do anno de 28 em diante per alvara doze mill rrs-XII rrs. Alem dos 20 que ja tem de mamtimento.»

Repetem-se as notas ao outro assento, igualmente riscadas.

O primeiro documento tem uma grande importância para o conhecimento da situação de Gil Vicente perante a Corte, o rei e a Cidade. Só espanta que, mais de uma dúzia de anos decorridos sobre a publicação de tal notícia, ela continue ignorada...

Afinal, como diziam os velhos genealogistas do séc. XVI e do XVII, Gil Vicente sempre foi mestre de retórica. A confusão está em que o poeta não foi mestre de retórica de D. Manuel: ao designativo falta acrescentar «das representações», para ficar tudo certo. Gil Vicente fica, assim, situado no seu verdadeiro lugar de topa-a-tudo no teatro quinhentista, particularmente em relação à Corte. Além de autor, ensaiador, encenador, compositor de música para canções cantadas nos autos e até, em grande número de casos, autor das letras das mesmas canções.

O assento em questão refere, como se vê, que Gil Vicente passa a receber pelo cargo, que por certo já teria desde o reinado de D. Manuel, a importância de vinte mil réis anuais, com o acrescentamento de três moios de trigo, segundo o documento que Braamcamp publicou. Por este alvará foram-lhe concedidos mais oito mil réis, sem prejuízo dos doze mil que já auferia à data de 6 de Abril de 1524, o que parece vir a satisfazer a indirecta reivindicação, formulada poucos meses antes.

no «Auto em Pastoril Português», quando ele se refere àquele Gil, «que não tem nem ceitil e faz os aitos a el-rei».

O segundo assento aumenta a tença do cargo ou recompensa outros serviços do poeta. Devem ser acrescentados aos vinte mil que ele já percebia, a partir de Janeiro de 1528 (3). Embora Gil Vicente se refira ao reinado de D. Manuel como tempo em que não lhe faltava o apoio material para escrever e representar as suas peças, não é menos verdade que se não pode queixar muito da falta de generosidade de D. João III para com ele, pelo menos desde dois ou três anos após a subida ao trono do filho do Venturoso. Compare-se, por exemplo, a situação, quanto a remunerações, do poeta dos autos, de 1528 em diante, quando ele ainda teria quase uma dezena de anos para viver, com a de Camões, cerca de cinquenta anos mais tarde, e mesmo sem ter em conta a natural desvalorização do dinheiro, reduzido a viver com os seus parques quinze mil e ainda, segundo parece, nem sempre pagos a horas...

«O que fazia os autos a el-Rei» intitulava-se assim pelo facto de ser essa a sua função na Corte, e a tempo inteiro, desde a sua nomeação para o cargo, cujo registo ainda não foi, de meu conhecimento, encontrado, enquanto reinava o Venturoso e a Corte explodia em alegrias permanentes, em festas religiosas e profanas, em serões e embaixadas, de que também encontramos um eco em certa alusão de Gil Vicente. Seria essa nomeação cumulativa com a de Junho de 1511, quando o poeta foi feito «vassalo del rei», durante a representação de uma das suas peças? Haveria compatibilidade, em termos de ocupação de tempo, com o lugar que em breve iria desempenhar no governo da Cidade, primeiro como membro dos Vinte e Quatro, e depois como procurador dos mesteres, eleito pela bandeira dos alfaiates?

Voltando, porém, à redacção do primeiro assento, julgo poder presumir das suas frases finais que Gil Vicente já tinha em 1524 uma idade relativamente avançada, porquanto parece haver ali o propósito de se salvaguardarem os direitos das partes contratantes: o poeta servirá no cargo enquanto o rei o achar por bem, ou ele próprio sinta forças para o desempenhar...

---

(3) O gen. Brito Rebelo tinha conhecimento deste registo, como agora se prova, ao contrário do que pensava Braamcamp, quando diz a este respeito: «[...] até parece ter havido neste ponto confusão ou equívoco [...]» G.V. [...] pg. 247.

Com moradia certa, afora benesses ocasionais, estabilizada provavelmente a sua vida económica, liberto de preocupações muito prementes, Gil Vicente poderá não só viver para o teatro, mas pelo teatro, e dedicar os últimos anos que lhe restam de vida, numa vida que foi de luta e de criação artística, às exigências do cargo, embora se não tenham calado as bocas dos seus detractores, de que ainda se queixa no prefácio que escreveu para as suas obras e dirigido a D. João III, nem se tenham extinguido as invejas que as protecções régias lhe haviam grangeado durante mais de trinta anos. Já não precisa de se lamuriar, como tantas vezes fizera. A este propósito tenho em meu poder a fotocópia de um dos tais fragmentos da Torre do Tombo, uma petição

*Leitura (\*)*

*Oje secũdũ mateũ  
direy de mynha pobreza  
q̃ propter amorem meũ  
nenhũ diz a Vossalteza  
falando por my alguem  
sempre merçes me fezera  
a mais trovas nõ me dera  
q̃ (e)llas eřadão porem.*

*tudo faço deste pão  
se nõ he fazer arbym  
quãdo me tyrar do grão  
estarei fora de mÿ.  
todas são a este fym  
hũas vão e out.<sup>as</sup> vem  
E q̃ll venho aalmeyrÿ  
tal me vou ařãtarem.*

em verso, feita ao rei, em Santarém, que tem um indiscutível ar vicentino, no seu tom burlesco, com entremeados de citações latinas de um latim meio macarrónico, como convinha à circunstância e ele o costu-

---

\* Todas as abreviaturas vão desdobradas, excepto o sinal de nasalidade, onde o autor o colocou.

mava. É que este «mestre de retórica» não tem o ar formal e a gravidade aparente dos doutores do tempo, embora a sua eloquência, mesmo quando simples e espontânea, colocada na boca dos humildes, atinja, às vezes, uma altura imprevista. Nada daquele tipo de erudição clássica greco-latina dos sábios humanistas ou dos homens do direito ou da medicina de quem troça (embora não fosse ignorante do latim) (4) mas uma cultura, uma agilidade de espírito que lhe propicia, em ambiente favorável ao desenvolvimento da sua personalidade, como era o meio da corte, a finura de observação de um homem superior. Um bom conhecimento da sua própria língua, tanto nos seus aspectos familiar e popular, como no da linguagem literária e da galantaria, inçada de petrarquismo superficial e pretensioso, de circunstância, carrega-lhe as ferramentas úteis à sua pronta e rica imaginação. O sentido realista do diálogo inculca apurada observação, facilidade extraordinária de penetração no ridículo de certas situações convencionais, como acontece a alguns vultos conhecidos da tradição popular. Estou a lembrar-me, apesar de todas as diferenças culturais e sociais, de António Aleixo.

Larga experiência da vida, do largo trato com os homens, um espírito sempre desperto, uma fácil adaptação a novas situações, uma disponibilidade não subserviente às responsabilidades de agente da política régia, que então se confundia mais facilmente do que hoje com os interesses do Estado, eis algumas características do espírito vicentino.

ANTÓNIO DIAS MIGUEL

---

(4) Cf. A. Costa Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, p. 159 e segs.



+

In p[ro]p[ri]a mat[er]ia  
 d[ic]it[ur] de m[er]ita p[ro]p[ri]a  
 p[ro]p[ri]a am[er]ic[an]is m[er]ita  
 m[er]ita d[ic]it[ur] am[er]ic[an]is  
 p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a am[er]ic[an]is  
 am[er]ic[an]is m[er]ita m[er]ita  
 am[er]ic[an]is d[ic]it[ur] m[er]ita  
 d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] p[ro]p[ri]a



t[er]m[in]o d[ic]it[ur] p[ro]p[ri]a  
 or[do] d[ic]it[ur] p[ro]p[ri]a  
 d[ic]it[ur] m[er]ita d[ic]it[ur] d[ic]it[ur]  
 d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] d[ic]it[ur]  
 d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] d[ic]it[ur]  
 d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] d[ic]it[ur]  
 d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] d[ic]it[ur] d[ic]it[ur]